

Sumário

Introdução: entre a Impermeabilidade e os Diálogos com a Cidadania, o STF e a Sociedade Civil.....	1
1. Por uma outra Narrativa: Elementos para uma Teoria da Impermeabilidade no Supremo Tribunal Federal.....	15
1.1 Introdução: o povo brasileiro em busca de uma narrativa – justificando a investigação	15
1.1.1 Localização Topográfica: narrativa(s) constitucional(is) e diálogos com a cidadania – uma proposta de metodologia.	15
1.1.2 Dois Conceitos Fundamentais: sociedade civil e minorias.....	22
1.1.3 Cartografia da Região: o caminho que será percorrido	32
1.2 A Constituição de 1988: o início de uma outra narrativa	34
1.2.1 Por que persistir com nossa Constituição?	38
1.2.2 A Abertura a Novas Narrativas como Instrumento de Redenção: o Judiciário como instrumento de abertura e institucionalização	40
1.3 Quem Deve Acessar à Corte? As Eclusas da Democracia e a Pauta Decisória do STF	50
1.3.1 A Revolução de Direitos Norte-americanos: uma ilustração do problema	51
1.3.2 Democracia Deliberativa e Circulação do Poder em Habermas: as eclusas de uma corte constitucional e sua abertura às demandas por direitos de grupos minoritários	53
1.3.3 O Supremo Tribunal Federal e as Eclusas ou Comportas da Democracia: o problema do fechamento e a necessidade de abertura	64
1.4 Como a Corte Deve Interagir? A Paridade Participativa na construção da Constituição.	69
1.4.1 Momento Pré-Decisório: o modo de interação com os legitimados e com os não-legitimados.	69
1.4.2 Paridade Participativa: entre a redistribuição e o reconhecimento ..	71

1.4.2.1 Um Breve Panorama da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth	71
1.4.2.2. A Crítica de Nancy Fraser e a Paridade Participativa	75
1.4.3. Paridade Participativa e o Supremo Tribunal Federal	79
1.4.3.1 Paridade Participativa e o Supremo Tribunal Federal: uma tradução teórica	79
1.4.3.2 Paridade Participativa e o Supremo Tribunal Federal: ruídos comunicativos na interação com os legitimados e com os interessados da sociedade civil	87
1.5 Conclusões Parciais.....	96
2. Cortes Constitucionais e Cidadania: Possibilidades de Diálogo Transconstitucional entre Brasil, Hungria e Colômbia	99
2.1 Introdução.....	99
2.1.1 O Supremo Tribunal Federal e a Proteção Jurisdicional dos Direitos Fundamentais: declarações de direito e a casa de máquinas da Constituição.....	99
2.1.2 Metodologia: Direito Constitucional Comparado, seus limites e potencialidades.....	104
2.2 A Corte Constitucional da Hungria: um naufrágio.....	112
2.2.1 Contexto Histórico e Política da Formação: a insegurança pós-comunista.....	112
2.2.2 Embates com os Poderes Políticos	118
2.2.3 A derrota da corte e a constituição de 2011	122
2.2.4 Lições da Experiência Histórica Húngara	129
2.3 A Corte Constitucional da Colômbia: uma descoberta.....	131
2.3.1 Contexto Histórico e Político da Criação: A Assembleia Constituinte de 1990.....	131
2.3.2 Uma Corte Voltada à Defesa dos Direitos Fundamentais	136
2.3.3 A Atuação da Corte Constitucional Colombiana: prudência e ativismo moderados	140
2.3.4 Lições da Experiência Histórica Colombiana	147

2.4. O Supremo Tribunal Federal em Perspectiva Comparada	148
2.4.1 O Supremo Tribunal Federal na Constituição de 1988: um Tribunal impermeável	149
2.5 Conclusões Parciais	153
3. O Supremo Tribunal Federal: Análise e Propostas de Modificação no Fun- cionamento.....	155
3.1 Introdução: permeabilidade constitucional e diálogos transconstitu- cionais como caminhos para transformação.....	155
3.2 A Amplitude dos Legitimados: a sociedade civil e o controle abstrato de constitucionalidade	162
3.2.1 O modelo kelseniano e seus desenvolvimentos.....	163
3.2.2 O Controle de Constitucionalidade no Brasil e a Representação Interventiva	164
3.2.3 A Emenda Constitucional no 16 de 1965 e o “pecado original” da “invenção” do controle abstrato	170
3.2.4 A Constituição de 1988, o pluralismo de legitimados e a síntese constitucional negativa	176
3.3 A interpretação do artigo 103, IX, da Constituição e a abertura para a sociedade civil.....	199
3.3.1 Precaução metodológica às soluções para o problema da impermeabilidade no STF.....	203
3.3.2 Precauções no que concerne à alteração exclusiva do artigo 103, IX, da Constituição brasileira.	206
3.3.3 Proposta de Interpretação do Art. 103, IX, da CF	208
3.4 A agenda decisória do STF: propostas para uma alteração na formação da pauta do Tribunal	217
3.5 Os instrumentos de interação entre o STF e a sociedade civil: sugestões para aprimorar o funcionamento das audiências públicas e dos amici curiae.....	226
3.5.1 Introdução	226

3.5.2 O surgimento das audiências públicas e dos pedidos de amicus curiae no controle abstrato de constitucionalidade do Brasil...	228
3.5.3 As audiências públicas: funcionamento e propostas de reforma.....	235
3.5.4 Os pedidos de amicus curiae: funcionamento e propostas de reforma	241
3.6 Conclusões parciais.....	245
Conclusões	247
Posfácio: O Poder Judiciário entre o Cabo, o Soldado e o Ministro Terrivelmente Evangélico: Minorias, Populismo Autoritário e Regressão Democrática	251
Introdução	251
O Funcionamento das Regressões Democráticas	252
O Primeiro Desafio: os ataques externos ao Judiciário.	255
O Segundo Desafio: a ocupação interna do Judiciário.	258
Conclusão	259
Referências	261